

OPAS/BRA/HEP/001/99

ATENÇÃO PRIMÁRIA AMBIENTAL
(APA)



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
DIVISÃO DE SAÚDE E AMBIENTE
PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL

Washington, D.C.
Junho 1999

O propósito desta publicação é apresentar os avanços alcançados na conceituação da Atenção Primária Ambiental, APA, nos países das Américas.

Eng. Rodrigo Cerda
Profissional Nacional em
Saúde e Ambiente
Representação da OPAS/OMS
no Chile

Eng. Carlos M Cúneo
Coordenador do
Programa de Qualidade Ambiental
Divisão de Saúde e Ambiente

Agradecemos a colaboração e as contribuições dos nossos colegas:

- Eng. Paulo Fernando Teixeira, Assessor em Saúde e Ambiente, PWR-Paraguai, OPAS/OMS
- Dr. José Gómez, Consultor OPAS/OMS, PWR-Cuba
- Lic. Carlos Vergara, Assessor em Desenvolvimento Institucional, CEPIS/HEP, OPAS/OMS
- Lic. Olga del Carpio, Coordenadora do Projeto PROGIAS Tacna-Peru, CEPIS/HEP, OPAS/OMS

Título Original:

Atención Primaria Ambiental (OPS/HEP/98.1)

Título em Português:

Atenção Primária Ambiental (OPAS/BRA/HEP/001/99)

Equipe Técnica de Revisão:

Iván Estribí, OPAS/Brasil

Jacira Cancio, OPAS/Brasil

Mara Lúcia Carneiro Oliveira, FNS/Ministério da Saúde

Paulo Marchiori Buss, ENSP

Tradução:

Cláudia Aparecida Paulino Marques

Diagramação:

Maria Célia de Souza

Impressão:

Gráfica e Editora Brasil

1ª Edição, 1999

Organização Pan-Americana da Saúde
Organização Mundial da Saúde
Representação no Brasil
Setor de Embaixadas Norte Lote 19
Brasília, DF – 70800-400, Brasil
1999

Apresentação da edição em Português

A Representação da OPAS/OMS no Brasil, em parceria com a Divisão de Saúde e Ambiente, do Escritório Central, apresenta a versão em português da publicação “Atención Primária Ambiental”, cuja primeira edição foi publicada em espanhol em setembro de 1998.

Esta publicação focaliza a promoção da saúde ambiental com um enfoque holístico ao nível local, desenvolvendo uma estratégia de participação da sociedade civil e das organizações locais através do conhecimento, identificação e solução dos problemas ambientais primários que atingem à saúde, limitando a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Espera-se, com esta edição, contribuir, no Brasil e em outros países de língua portuguesa, com os gestores e trabalhadores das áreas de saúde e ambiente, bem como representantes da sociedade interessados na questão.

Esta Representação agradece a valiosa colaboração da FIOCRUZ e FNS pela revisão técnica da presente publicação, bem como de todos os que colaboraram para torná-la realidade.

Jacobo Finkleman
Representante da OPAS/OMS no Brasil
Brasília, junho de 1999

Apresentação da edição original

O processo de atenção primária ambiental (APA) que está impulsionando a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), conforme compromissos internacionais assumidos pelos Governos e mandatos de seus Corpos Diretivos, está orientado a conceituar, promover e implementar a estratégia dessa atenção primária ambiental na Região das Américas.

As atividades desenvolvidas permitiram estabelecer um marco amplo e flexível para orientar as intervenções ambientais locais com um enfoque holístico e participativo.

Através da implementação da APA, espera-se conservar e melhorar a qualidade do ambiente de modo a promover uma melhor saúde e melhor qualidade de vida. Juntamente com a participação ativa dos indivíduos, famílias e comunidades procura-se o fortalecimento dos organismos estatais responsáveis pela saúde e ambiente e, por sua vez, propiciar melhor comunicação e diálogo com o nível local e com a sociedade civil. Espera-se que o Estado atue como um “agente de mudanças” que apóie o nível local ativo e organizado em torno do ambiente e da saúde, a fim de alcançar seu desenvolvimento humano sustentável.

Este documento é o primeiro de uma série de informes, folhetos, manuais e vídeos sobre o tema que serão publicados e difundidos pela OPAS, a fim de contribuir e facilitar a aplicação da estratégia de atenção primária ambiental na Região.

Horst Otterstetter
Diretor
Divisão de Saúde e Ambiente

Índice

Capítulo I	
Contexto e compromissos	
1.1 Situação ambiental regional	11
1.2 Mandatos e compromissos mundiais, regionais e nacionais	14
Capítulo 2	
Atenção primária ambiental	
2.1 Origens e vertentes	21
2.2 Marco referencial	23
2.3 Novo enfoque para o século XXI	25
2.4 Definição	27
2.5 Objetivos	28
2.5.1 Objetivo geral	28
2.5.2 Objetivos específicos	29
2.6 Princípios básicos	29
2.7 Características	30
Capítulo 3	
O nível primário ambiental	
3.1 O espaço local	35
3.2 Marco conceitual	35
3.3 Problemas ambientais locais	36
3.3.1 Problemas urbanos	37
3.3.2 Problemas rurais	38
3.4 Ações ambientais em nível local	41
3.5 A participação da cidadania	42
3.6 Instrumentos da atenção primária ambiental	43
3.7 Indicadores ambientais locais	44
Capítulo 4	
Organização	
4.1 Centros de atenção primária ambiental (CAPA)	47
4.2 Responsabilidades dos CAPA	48
4.3 Avaliação permanente dos CAPA	51

Capítulo 5	
Implementação da atenção primária ambiental	
5.1 Oportunidades	55
5.2 Limitações	55
5.3 Um olhar para o século XXI	56
Anexo	
Referências	59

Capítulo 1

Contexto e Compromissos

1.1 Situação ambiental regional

Para a Organização Pan-Americana da Saúde, a situação das condições do meio ambiente na Região da América Latina e do Caribe são preocupantes. Seguem algumas informações e estimativas:

Os efeitos imediatos do ambiente físico-biológico sobre a saúde humana podem ser observados, na Região, com um simples olhar. Menos visíveis, nem por isso menos reais, são os efeitos sobre a saúde decorrentes das mudanças ambientais que ocorrem em todo o planeta. Tanto os efeitos evidentes como aqueles que não são percebidos tão diretamente influem sobre a saúde humana com graves conseqüências para a qualidade de vida e para o desenvolvimento dos países.

Os problemas decorrentes de deficiências no saneamento básico seguem minando a saúde de milhões de pessoas. É necessário resolver esses problemas e, conseqüentemente, avançar para controlar a crescente exposição das pessoas a perigos tais como a contaminação do ambiente por resíduos derivados da atividade humana, assim como a um número cada vez maior de substâncias tóxicas com as quais se tem contato diário.

Informações fornecidas pelos países da Região, em 1995, indicam que apenas 72% da população têm ligação de água em seus domicílios ou a uma distância inferior a 200 metros. Também se registra que os programas de extensão de cobertura dos serviços estão progredindo a um ritmo inferior ao que seria necessário para alcançar, no ano 2000, as metas estabelecidas na Cúpula da Infância. Um problema crítico em todos os países da América Latina e do Caribe é a descarga de águas residuárias sem tratamento. Das águas residuárias coletadas, menos de 10% recebem algum tipo de tratamento e, se o recebem, este é freqüentemente inadequado. Foram identificados cinco dificuldades maiores: a falta de uma política adequada para o setor; a limitação de recursos financeiros; os arranjos institucionais inadequados; a falta de um sistema adequado de recuperação de custos; e a obsoleta legislação existente.

Em 1991, a epidemia de cólera - que até esta data soma mais de 1,3 milhão de casos com mais de 11.500 casos fatais - alertou sobre as deficiências nos sistemas de fornecimento de água, especialmente a ineficácia das práticas de desinfecção. Hoje em dia, apesar de uma intensa promoção da desinfecção, somente cerca de 59% dos usuários recebem água tratada com certo nível de qualidade bacteriológica. Devido, em grande parte, a esta deficiência, na América Latina a diarreia ainda é responsável

pela morte de 80.000 crianças, anualmente. O custo da desinfecção da água é menos de um dólar americano por pessoa por ano e os relatórios científicos indicam que a combinação de água potável e esgotamento sanitário com educação sanitária pode reduzir 25% dos casos de diarreia, 29% de ascaridíase e 55% da mortalidade infantil em geral.

Cada um dos 370 milhões de habitantes urbanos da América Latina e do Caribe produz cerca de 0,92 kg de resíduos sólidos por dia, o que resulta em 330.000 toneladas de lixo que devem ser administradas diariamente. Aproximadamente 75% destes resíduos são coletados e têm destinação freqüentemente inadequada. Portanto, diariamente, um mínimo de 82.500 toneladas de lixo são lançadas no ambiente, servindo de alimento, abrigo e criadouro a um grande número de roedores e mosquitos transmissores de diversas doenças.

Segundo os dados da CEPAL, 39% dos domicílios da América Latina e Caribe vivem em condições de pobreza, 18% em condições de indigência e 37% das moradias são inadequadas para serem habitadas. Destas, somente 21% podem ser melhoradas para se tornarem habitáveis. Esta situação implica problemas de saúde pública tais como a doença de Chagas, as infecções respiratórias agudas (IRA), alergias e, inclusive, a violência. Contudo, não existem, na América Latina e no Caribe, nem técnicos nem instituições especializadas em higiene das habitações. Tampouco há, na maioria dos países, planos ou políticas claras com relação a este problema.

A situação de pobreza que afeta a milhões de habitantes da Região se relaciona diretamente com as condições ambientais. De acordo com os antecedentes analisados, grande parte das deficiências dos serviços básicos sanitários esta concentrada nos setores mais pobres, porém é necessário também incorporar as novas “cargas ambientais” que estes setores começaram a enfrentar como consequência da transição econômica para processos de desenvolvimento mais complexos que atualmente vivenciam muitos países latino-americanos.

A contínua urbanização, associada à expansão industrial, tanto urbana como rural, transformou-se num problema crescente para a saúde pública e requer intervenção antes que se torne incontrollável. Ainda que a maioria dos países possua algum tipo de regulamento sobre despejos industriais, seu cumprimento não é efetivo porque as autoridades sanitárias não têm a capacidade nem os meios para vigiar ou obrigar sua aplicação. Comprovou-se que os veículos a motor e algumas atividades industriais que queimam gasolina são as fontes principais de chumbo, elemento que reduz a capacidade de aprendizagem nas crianças. A geração de substâncias que favorecem a fotossíntese, derivadas dos processos de combustão, é a responsável por

infecções respiratórias em grande parte das populações das principais cidades da Região. A ação prematura sobre estes fatores de risco à saúde requer que as autoridades sanitárias participem no processo de estabelecimento de normas de qualidade. Ainda assim, exige a interpretação dos estudos de impacto dos projetos de desenvolvimento sobre o ambiente e sobre a saúde humana. Tanto uma quanto a outra requerem a criação ou seu fortalecimento em praticamente todos os países da Região.

Esta situação se evidencia em numerosas cidades que atualmente enfrentam episódios de contaminação atmosférica devido ao aumento do setor industrial e do parque automotivo. Isto ocasiona um dos problemas de maior impacto e pressão sobre os sistemas de saúde, pois aumentam as doenças respiratórias. Ainda que estes problemas afetem a comunidade em seu conjunto, os setores mais pobres são os mais vulneráveis às suas conseqüências e são os que, geralmente, utilizam plenamente a capacidade dos hospitais e da rede de serviços de saúde pública.

Na Região, continuam crescendo a quantidade e a variedade de substâncias químicas no meio ambiente e são cada vez mais intensos e freqüentes os seus efeitos sobre a saúde. Algumas destas substâncias contaminam simultaneamente mais de um componente do meio (água, ar, solo, flora, etc.) e originam exposições múltiplas na população. As taxas de intoxicação aguda por agrotóxicos têm sido notificadas em níveis desde 60 até 120/100.000 habitantes. Estes efeitos agudos e outros crônicos causados por agrotóxicos têm chamado a atenção da opinião pública e das autoridades sanitárias em vários países da Região. Paralelamente, o consumo de agroquímicos foi aumentado em 2,5 vezes nos últimos quatro anos.

Na Região da América Latina e do Caribe, a atividade industrial, a mineração e os serviços de saúde geram um volume importante de resíduos potencialmente nocivos à saúde humana e ao ambiente. As indústrias têxteis, os curtumes, a indústria química e as fundições estão identificadas como as que geram maior quantidade de resíduos perigosos. As fábricas de baterias e a mineração de ouro são responsáveis pela grande maioria das intoxicações por chumbo e mercúrio. A falta de medidas para a minimização de resíduos perigosos e a quase inexperiência em seu manejo e destinação adequada permitiram a exposição de muitas populações a estas substâncias. As conseqüências sobre a saúde destas populações não estão completamente estabelecidas, entre outras razões, por falta de profissionais especializados, tais como epidemiologistas e toxicologistas ambientais, assim como toxicologistas clínicos.

Por outro lado, as transformações das estruturas econômicas nos últimos anos geraram mudanças nos padrões produtivos e de consumo, refletidos no aumento das exportações e importações e do transporte entre fronteiras que trarão com eles um

aumento dos riscos ambientais e de saúde. Estes, somados ao surgimento de novas tecnologias com baixa utilização de mão-de-obra, ao crescimento da economia informal e a um desenvolvimento industrial desordenado, se convertem em fatores que deverão ser considerados nas programações das áreas de saúde e ambiente.

Nesse mesmo contexto devem-se incorporar os processos de regulamentação e de reforma do Estado, os quais estão se convertendo ou, a curto prazo, serão convertidos num dos importantes problemas que o setor saúde deverá considerar e enfrentar. A redução do papel do Estado nas funções de regulação e controle ambiental pode trazer graves conseqüências, a médio prazo, à saúde pública e à proteção do ambiente.

Para o setor saúde, este novo contexto representa um desafio enorme que o obriga a revisar, de forma permanente, a situação de deterioração ambiental e sua repercussão sobre a qualidade de vida das comunidades. Sem dúvida, uma das características fundamentais do fomento da saúde pública para o próximo milênio será a necessidade de que se adotem novas estratégias sob uma perspectiva ambiental muito mais definida.

O contexto regional no qual se estabelece o desenvolvimento da estratégia de atenção primária ambiental é um cenário complexo, de consolidação de processos democráticos, com pouca participação social, onde a pobreza segue como uma das prioridades não resolvidas e onde os países se encontram em transição em direção a um desenvolvimento econômico mais consolidado.

Neste cenário, a atenção primária ambiental deve avançar na busca de soluções integradoras, multissetoriais e com uma ampla incorporação da cidadania e das autoridades locais.

1.2 Mandatos e compromissos mundiais, regionais e nacionais

Os compromissos internacionais assumidos pelos países, nos últimos anos, em eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92, Rio de Janeiro, 1992), a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, Barbados, 1994), a Conferência de Cúpula das Américas (Miami, 1994); a Conferência Panamericana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (Washington, D.C., 1995) e as Reuniões de Cúpula de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia, 1996) e Santiago (Chile, 1998), evidenciam que a conser-

vação e proteção da saúde e do ambiente são o centro da preocupação do novo modelo de desenvolvimento a ser impulsionado pelos países da Região. Este modelo, denominado “desenvolvimento humano sustentável”, define-se como o desenvolvimento com ênfase especial na dimensão humana, quer dizer, no desenvolvimento centrado na população.

Nestas e em outras reuniões internacionais sobre a saúde, o ambiente e o desenvolvimento sustentável, assim como nos corpos diretivos das organizações internacionais como a OMS, a OPAS, o UNICEF, os governos assumiram compromissos e responsabilidades e estabeleceram mandatos para orientar a ação dos organismos internacionais e intergovernamentais.

A implementação e o cumprimento destes acordos e planos de ação requerem uma ação multissetorial coordenada, a fim de assegurar que os distintos setores assumam sua responsabilidade de atuar sobre os problemas de saúde ambiental em suas respectivas áreas e jurisdições. Isto exige um trabalho amplo para garantir que os aspectos de saúde estejam devidamente incorporados aos planos e processos nacionais e setoriais de desenvolvimento. Ainda assim, requer desenvolver-se, no setor saúde, a capacidade de desempenhar suas funções de liderança e de assessoria em assuntos de saúde ambiental. Um dos aspectos mais importantes nos esforços para o alcance de um desenvolvimento sustentável é estimular a participação ativa da comunidade e de suas organizações. Para isso, necessita-se desenvolver e implantar estratégias que permitam à comunidade participar da análise de suas próprias necessidades e desenvolver possíveis soluções e inovações.

Destacam-se, especialmente, alguns destes compromissos:

- A Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde (APS), reunida em Alma-Ata, URSS, em setembro de 1978, reiterou firmemente: “que a saúde, estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de enfermidade ou doença, é um direito humano fundamental e que o alcance do maior grau possível de saúde é um objetivo social sumamente importante em todo o mundo, cuja realização exige a intervenção de muitos outros setores sociais e econômicos, além do da saúde”.
- A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (RIO/92 ou ECO/92 ou Cúpula da Terra), realizada no Rio de Janeiro, apresentou uma mensagem clara aos políticos, representantes internacionais e ao público em geral, sobre a necessidade de um melhor

ambiente e desenvolvimento sustentável para alcançar a equidade. O evento do Rio advertiu o mundo que, em vez de contrapor-se à qualidade ambiental com o crescimento econômico, os responsáveis por tomar decisões devem compreender a conexão positiva entre o crescimento econômico e o ambiente sustentável.

A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), estabelece como Princípio nº 1:

“Os seres humanos constituem o centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o ambiente natural”.

Também proclamou como princípio a participação de todas as pessoas e o direito delas, à informação, quando, em seu Princípio nº 10, assinala que: “O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, no nível correspondente. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive a informação sobre os materiais e as atividades que encerram perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar nos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação da população pondo a informação à disposição de todos...”.

- A Carta Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável, acordada na Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (COPASADHS), realizada em Washington, D.C., em 1995, ao fixar os princípios de política e estratégia, estabelece que: “a participação dos indivíduos e das comunidades para manter e melhorar seus ambientes de vida deve ser promovida e apoiada. A participação comunitária deve basear-se em estratégias para o desenvolvimento sustentável incluindo a atenção primária do ambiente, a atenção primária à saúde e a educação das crianças e adultos. Em cada nível da organização social e política devem-se estimular e apoiar redes de interesses e pessoas que atuem em colaboração, a fim de fomentar a integração de preocupações e recursos setoriais nos processos de desenvolvimento”.
- A 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana, reunida em setembro de 1998, na cidade de Washington, aprovou as orientações estratégicas e

programáticas (OEP) para o período 1999-2002, que constituem os delineamentos de política para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e estão dirigidas ao alcance da meta mundial de saúde para todos no século XXI. Uma das cinco OEP, denominada “proteção e desenvolvimento ambiental”, estabelece que a OPS dará prioridade à cooperação técnica dirigida a: “Apoiar a promoção e implementação de ações de atenção primária ambiental no contexto de saúde para todos, que proporcionem às comunidades ambientes que promovam o desenvolvimento, com sua participação ativa na identificação de suas necessidades e na definição das correspondentes soluções”.

Capítulo 2

Atenção primária ambiental

(APA)

2.1 Origens e vertentes

A origem do conceito de atenção primária ambiental provém fundamentalmente de duas vertentes e foi se enriquecendo com outras fontes:

2.1.1 A atenção primária à saúde (APS)

2.1.2 O desenvolvimento rural integrado (DRI)

2.1.3 Outras fontes.

2.1.1 A estratégia de atenção primária à saúde surgiu da análise sobre o que estava acontecendo no setor saúde durante o decênio de 1970, no mundo. As iniciativas da atenção primária à saúde permitiram as seguintes mudança de paradigmas:

- a) da cura para a atenção preventiva;
- b) da atenção hospitalar para a atenção à comunidade;
- c) da atenção urbana para a rural;
- d) dos fatores determinantes dentro do setor saúde para os fatores determinantes fora do setor;
- e) da responsabilidade única do governo pela saúde da população para a responsabilidade das pessoas por sua saúde;
- f) dos serviços centralizados para os serviços descentralizados de saúde; e
- g) do poder político centralizado para o poder político descentralizado.

A APS atuou através dos princípios de acessibilidade, regionalização e hierarquização da atenção à saúde e da criação de agentes de saúde para conectar o sistema de atenção formal da saúde com a comunidade. O conceito da atenção primária à saúde (APS) apareceu pela primeira vez na Declaração de Alma-Ata (Capítulo VI), originado na Conferência de Saúde Mundial de Alma-Ata (1978) e incorporado nas políticas oficiais de saúde dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para alcançar “saúde para todos no ano 2000”.

Foi conceituada da seguinte forma:

“A atenção primária da saúde é a assistência sanitária essencial. Baseia-se em métodos práticos e na tecnologia, tem fundamentos científicos e sociais, é acessível a todos os indivíduos e famílias da comunidade e tem sua participação completa. A comunidade e o país podem pagar seu custo em todas e em cada uma das fases do desenvolvimento com um espírito de auto-responsabilidade e autodeterminação. A atenção primária é parte integrante do sistema de saúde nacional, do qual é

a função central e principal núcleo, assim como do desenvolvimento social e econômico da comunidade. Representa o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde e leva, na medida do possível, a atenção da saúde aos lugares onde as pessoas vivem e trabalham. Constitui o primeiro elemento de um processo permanente de assistência sanitária “.

2.1.2 O conceito de desenvolvimento rural integral (DRI) surgiu nas políticas agrárias nacionais dos países do terceiro mundo nos anos setenta.

O objetivo do DRI era incorporar o potencial produtivo das comunidades rurais ao desenvolvimento nacional, mediante a inovação e adaptação da tecnologia e da organização social. Isto substituiria o critério clássico do desenvolvimento, com ênfase na produtividade, por uma visão que realça o melhoramento da qualidade de vida das populações marginais e pobres. Os resultados do crescimento econômico poderiam, então, ser distribuídos entre a população de maneira mais equitativa a partir de um ponto de vista geográfico e social.

2.1.3 Outras fontes. Diferentes grupos enfatizam distintos aspectos do conceito:

- a) OXFAM (1991) define a atenção primária ambiental como uma estratégia de proteção ambiental orientada à prevenção e a incentivar a participação.
- b) O termo atenção primária ambiental foi utilizado pela primeira vez na Itália.

Borrini (1991) declara que:

“A APA é um processo no qual os grupos de pessoas ou comunidades locais se organizam entre eles mesmos, com apoio externo, para aplicar seu conhecimento e perícia técnica a fim de proteger seus recursos e ambiente natural e encontrar, ao mesmo tempo, fontes para suas necessidades básicas de sobrevivência “.

- c) Na mesma linha, a OMS (1993) manifesta que:

“No mundo de hoje, os líderes políticos e da comunidade estão se tornando mais conscientes de que o mero acesso à tecnologia médica para o público em geral não compensa os efeitos negativos da deterioração ambiental; e mais de cem milhões de pessoas estão, contudo, sem saúde nem acesso aos recursos para suas necessidades básicas “.

- d) O grupo do UNICEF, através de Bajracharya (1994), expressa que:

“ A APA proporciona o marco para um enfoque de desenvolvimento baseado na comunidade, a fim de alcançar uma forma de vida sustentável e incorpora três elementos inter-relacionados como seus fundamentos: satisfação das necessidades humanas básicas; fortalecimento das pessoas e das comunidades; e otimização quanto à utilização e manejo sustentável dos recursos na comunidade e seus arredores.”

- e) O Chile também contribuiu para esclarecer o conceito de APA:

- * Cerda (1993), do Instituto de Ecologia Política (IEP), define a APA, do seguinte modo:

“A APA é uma estratégia para a proteção do meio ambiente da comunidade que enfatiza o bem-estar das comunidades humanas e está estreitamente vinculada com saúde do ambiente. A APA vincula os objetivos de saúde para todos com saúde total para o meio ambiente”.

- * Sánchez (1995), declara que:

“O conceito de APA tem o objetivo fundamental de proteger e melhorar a saúde da população e do ambiente, criando um ambiente saudável mediante a promoção e execução de ações básicas e preventivas em nível local, com a participação da comunidade”.

- f) A atenção primária ambiental resguarda também a essência da ecologia social, a qual expressa que o desenvolvimento e o progresso das sociedades devem assentar-se sobre um manejo adequado do meio ambiente. Tal manejo e cuidado não podem ser exercidos somente pelo Estado, através de seus organismos fiscalizadores, nem tampouco pelas empresas e suas associações, porque carece, principalmente, da iniciativa da cidadania, da democracia e do poder local.

2.2 Marco referencial

Devido à acelerada urbanização que experimenta a Região, a sustentabilidade das cidades será, sem dúvida, o maior desafio ambiental que os países das Américas terão que enfrentar no próximo século.

Este desafio não implica exclusivamente na variável ecológica, já que ela está intrinsecamente ligada à deterioração da qualidade de vida de seus habitantes, pelo que a resposta necessitará de propostas integrais em todas as áreas do desenvolvimento: educação, ciências, política, legislação e tecnologia, para ter possibilidades de reverter a tendência da deterioração progressiva que sofre a Região.

Diante deste processo, as cidades necessitam de planos e políticas de desenvolvimento urbano, o que trouxe, entre outras conseqüências, o esgotamento rápido das terras agrícolas pelo crescimento extensivo das cidades; o surgimento de novas doenças, produto da contaminação industrial; processos patológicos relacionados com a marginalização social, econômica e cultural; e o crescimento e concentração da pobreza, especialmente nas áreas metropolitanas.

Atualmente, o Estado não é capaz de satisfazer todas as demandas da comunidade porque as estratégias nacionais de melhoramento ambiental não contemplam o nível local como um espaço de intervenção preferencial. Porém, a tendência é resolver os problemas ambientais a partir de uma perspectiva macro, sem desenvolver suficientemente as soluções em nível local, especialmente pela debilidade institucional e a falta de gestão ambiental do nível municipal.

Contudo, nos últimos anos, surgiram numerosas experiências ambientais que buscam melhorar as condições de vida de nossas cidades. Estas iniciativas foram, em sua maioria, de caráter local, provenientes dos municípios, organizações não governamentais (ONG) e, em grande parte, da própria comunidade organizada.

Cada vez mais, pessoas começam a assumir uma maior preocupação pelo meio ambiente, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou preparação. Em diversos âmbitos, crescentes setores da população incorporaram em sua linguagem a dimensão ambiental, fazendo com que o tema ambiental, tão difuso, longínquo e complexo de ser entendido pela maioria das pessoas, esteja adquirindo uma dimensão mais próxima e apropriada, ao associar a qualidade de vida com as condições ambientais do entorno.

Esta situação está requerendo esforços para construir uma institucionalidade ambiental capaz de assumir as demandas ambientais locais, com o objetivo de enfrentar os problemas que são gerados no bairro ou no município e que são percebidos pelos habitantes como uma deterioração de sua qualidade de vida.

Esta institucionalidade ambiental deve criar condições para estabelecer um sistema mais participativo e aberto a qualquer contribuição da comunidade, a fim de construir uma sociedade mais saudável e ecológica.

Requer-se, por parte das autoridades sanitárias e ambientais, um enfoque sistêmico em todas as áreas de desenvolvimento. Nas políticas de saúde ambiental, esta orientação deve refletir-se em políticas que vão além do saneamento ambiental e dos tradicionais procedimentos técnicos. Hoje, requer-se incorporar uma concepção em torno da construção de espaços locais sustentáveis e saudáveis e a valorização de todas aquelas instituições extra-setoriais e da sociedade civil que desejem contribuir na busca desses espaços.

A atenção primária ambiental deve estar sustentada na presença ativa das pessoas organizadas ou do cidadão comum, que devem ser os protagonistas de uma relação mais ativa e direta com os órgãos do Estado competentes no tema, sejam estes os municípios, centros de saúde ou outros. O ator local, a comunidade, o município e o setor privado não devem aparecer como entes dispersos neste nível primário ambiental, senão como elementos integrados de uma estratégia participativa, cuja meta é melhorar o entorno local para alcançar melhores e mais saudáveis condições de qualidade de vida.

2.3 Novo enfoque para o século XXI

Conforme nos aproximamos do novo milênio, os governos, as empresas privadas, as universidades e o público em geral estão analisando se as ações futuras podem basear-se nas políticas e programas do passado. Houve considerável progresso na ciência, tecnologia, medicina, comunicação, transporte e agricultura. Todavia, as ações passadas não alcançaram equidade humana nem desenvolvimento sustentável e existem problemas sociais e ambientais generalizados.

Existe um maior conhecimento das conexões entre saúde, ambiente e desenvolvimento, assim como uma maior consciência sobre uma ampla gama de fatores determinantes da saúde humana e a repercussão que as políticas de desenvolvimento podem ter sobre a saúde.

A política da OMS “saúde para todos no século XXI” implica um processo de mudança que se constrói sobre a base de experiências bem sucedidas que permitiram a reforma social. Isto inclui uma ampla consulta entre as organizações, as instituições e a comunidade para estabelecer novas políticas, ações e estratégias e para definir as responsabilidades de todos os membros da sociedade.

A nova política enfatiza a importância da saúde ambiental e os temas relacionados com o desenvolvimento sustentável. As conexões entre a pobreza, o acesso aos serviços de saúde ambiental e a saúde se expressam claramente no seguinte parágrafo:

“Os pobres suportam um porção desproporcional da carga mundial de falta de saúde e sofrimento. Muitas vezes, vivem em moradias inseguras e abarrotadas, nas zonas rurais subatendidas ou em bairros periurbanos. Têm maior probabilidade que os de maior poder econômico a estarem expostos à contaminação e outros riscos para a saúde em casa, no trabalho e em suas comunidades. Têm também mais probabilidades de consumir alimentos insuficientes e de qualidade inadequada, a fumarem e a estarem expostos a outros riscos nocivos à saúde. Isto reduz a capacidade de levar uma vida social e economicamente produtiva. “ Saúde para todos no século XXI, OMS (1998, EB 101/8).

Segundo a OMS, a meta é alcançar a segurança da saúde para todos e obter equidade da saúde em todo o mundo. A APA resguarda os propósitos de “saúde para todos no século XXI”.

A APA não é uma negação nem uma substituição da APS. É uma proposta qualitativamente diferente, complementar, que reconhece que os 20 anos de APS contribuíram para uma grande transformação social em todos os países, no que se refere à descentralização e participação da comunidade na planificação, organização e funcionamento dos sistemas de saúde.

A estratégia da APA baseia-se nos valores de equidade, participação, eficiência e integração da APS, porém, vai mais além, ao incluir a descentralização, o caráter interdisciplinar, a participação cívica, a organização, a prevenção e proteção do entorno, a diversidade, a co-gestão e a autogestão, a coordenação, a autonomia e a solidariedade.

Vistos retrospectivamente, os princípios e os objetivos da atenção primária ambiental fazem referência à Conferência de Alma-Ata. A novidade é usar a APA como uma estratégia, aplicando-a aos temas ambientais e às políticas ambientais nacionais e internacionais. O conceito de atenção primária ambiental é novo e se relaciona com o processo de desenvolvimento real das nações e com o paradigma dos temas ambientais atuais.

Dessa maneira, depois da Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, há um maior consenso de que o ambiental e o social são prioridades importantes para os governos

e os cidadãos de todos os países. No entanto, estas prioridades ainda são abordadas principalmente como “agregados” ou são tratadas depois de se haver tomado as decisões econômicas centrais.

Para mudar esse quadro, é necessário efetuar ajustes e reformas nos processos de adoção de decisões, à luz das condições concretas de cada país, a fim de integrar os diversos atores sociais e os fatores econômicos aos sociais, para que o meio ambiente, a saúde e o desenvolvimento sustentável se situem no centro do processo de tomada de decisões.

Requer-se um novo enfoque para a análise e a prática do desenvolvimento sustentável e um marco teórico que considere as inter-relações do ambiente e o desenvolvimento junto ao ser humano e à sociedade, em sua totalidade.

Ante a necessidade deste novo enfoque, a atenção primária ambiental busca incorporar a ação preventiva e o planejamento antecipado, em lugar do manejo de crise e emergências, assim como permite um uso mais racional dos recursos ao evitar a destruição do ambiente e o sofrimento desnecessário da comunidade.

Nesse esforço, a atenção primária ambiental transforma-se em uma estratégia que valoriza os esforços da cidadania para melhorar sua qualidade de vida e os orienta ao desenvolvimento de uma nova cultura que reconhece os direitos ambientais e as reivindicações sociais com a necessidade de melhorar o bem-estar da população. Paralelamente, o aumento da consciência ambiental deve expressar-se em novas condutas que favoreçam o desenvolvimento de uma responsabilidade cidadã em torno da defesa e proteção do ambiente.

Finalmente, a estratégia de atenção primária ambiental deve ser considerada dentro do marco global do desenvolvimento humano sustentável, onde a saúde da população e a qualidade ambiental do planeta estão vinculadas indissolavelmente, onde os riscos ambientais que afetam as comunidades locais se constituem em parte dos processos da deterioração do planeta e onde as mudanças climáticas, os resíduos perigosos e as doenças transmissíveis têm manifestações espaciais locais concretas. A APA contribui, com seu novo enfoque, para integrar a problemática local dentro de um contexto regional, nacional e mundial.

2.4 Definição

Entre as atividades importantes que contribuíram para o esforço de conceituar a atenção primária ambiental na Região, destacam-se:

A Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (COPASADHS), realizada em Washington, D.C., em outubro de 1995; a Reunião Regional sobre Atenção Primária Ambiental, realizada em Santiago do Chile, em janeiro de 1997; a Reunião Sub-regional para a América Central sobre a APA, realizada em San José, Costa Rica, em março de 1998; a pesquisa: “A estratégia de Atenção Primária Ambiental: um enfoque crítico-holístico”, desenvolvida pela Universidade de Georgetown (Janeiro de 1998), as reuniões nacionais sobre a atenção primária ambiental e o reconhecimento, análise e avaliação de experiências que se estão desenvolvendo na Região.

Isto levou à adoção da seguinte definição da atenção primária ambiental:

“A atenção primária ambiental é uma estratégia de ação ambiental, basicamente preventiva e participativa em nível local, que reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado, e a ser informado sobre os riscos do ambiente em relação à saúde, bem-estar e sobrevivência, ao mesmo tempo que define suas responsabilidades e deveres em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde.”

Constitui-se, assim, em uma proposta de associação organizada e voluntária de cidadãos, baseada nas práticas de ajuda mútua e relações solidárias.

2.5 Objetivos

Coerente com os compromissos de incorporar a ação comunitária e fortalecer a intervenção da sociedade civil na busca de uma melhor saúde e qualidade de vida, fomentando, ao mesmo tempo, a formação de líderes ambientais, a atenção primária ambiental põe ênfase na revalorização do nível local. Para isso, procura a criação e consolidação de um nível primário ambiental que permita fortalecer a gestão ambiental dos governos locais através do fortalecimento das comunidades no âmbito da sustentabilidade local, a fim de estabelecer um nível de gestão ambiental que inclua a todos os atores, em particular o governo municipal e a comunidade organizada. Seus objetivos são:

2.5.1 Objetivo geral

A APA tem como objetivo geral alcançar as melhores condições de saúde e qualidade de vida dos cidadãos, através da proteção do ambiente e do fortalecimento das comunidades no âmbito da sustentabilidade local. Para que isso seja alcançado se propõem os seguintes objetivos específicos:

2.5.2 Objetivos específicos:

- Contribuir para a construção de municípios saudáveis.
- Fortalecer a capacidade de gestão ambiental dos governos locais.
- Estabelecer um nível de gestão ambiental local (nível primário ambiental) que inclua todos os atores locais, em particular o governo municipal e a comunidade.
- Fortalecer as comunidades para que alcancem sustentabilidade local.
- Formar líderes ambientais.
- Facilitar uma maior interação entre o setor público e a sociedade civil para o estabelecimento de compromissos e prioridades do desenvolvimento sustentável local;
- Facilitar que o Estado apóie iniciativas locais organizadas em torno da prioridade dos investimentos públicos para a proteção da saúde humana e meio ambiente.

2.6 Princípios básicos

A estratégia de atenção primária ambiental (APA) esta fundamentada em valores básicos da atenção primária da saúde (APS), aos quais incorporou seus próprios princípios, que, de acordo com seus requerimentos, são mais amplos que os da APS, a fim de assegurar sua viabilidade e o alcance de mudanças importantes, tanto em nível de consciência comunitária, políticas ambientais do Estado e a participação local.

Seus seis princípios básicos são:

Participação da comunidade: A APA busca, através da capacitação e o aumento da consciência ambiental, que a sociedade civil tenha uma participação responsável, informal e organizada. Qualquer política ou decisão ambiental deve ser submetida à aprovação e conhecimento da comunidade.

Organização: É fundamental que a comunidade se organize para que suas demandas e ações em torno da defesa de seus direitos ambientais tenham êxito e adquiram relevância.

Prevenção e proteção ambiental: Toda iniciativa que busque alcançar um melhor nível de desenvolvimento econômico e social deve evitar ou minimizar o dano ambiental, através da sensibilização, educação, pesquisa, difusão e participação cidadã.

Solidariedade e eqüidade: Implica um compromisso dos cidadãos entre si e do Estado para com eles e com a justiça social para remediar desigualdades e assegurar que cada pessoa tenha acesso a um meio ambiente saudável.

Integralidade: As ações ambientais devem ser vistas como parte de um sistema e não como responsabilidade de um setor em particular que monopolize a dinâmica em torno da busca da sustentabilidade local.

Diversidade: É um dos princípios fundamentais da ecologia. Os ecossistemas são múltiplos e obedecem a processos e relações específicas que não podem ser repetidos; também as culturas são distintas entre si; portanto, o direito à diversidade e o respeito à diferenças é um dos princípios reitores da APA.

2.7 Características

Os seis princípios básicos da APA são complementados pelas seguintes características:

Descentralização: Constitui um aspecto básico para a APA e deve ser entendida como parte do processo de democratização. A descentralização implica transferir capacidades reais tanto políticas, técnicas, financeiras e administrativas a instâncias regionais e locais. Nas jurisdições descentralizadas, a APA estabelece que a escala territorial mais importante é a municipal, onde a sociedade civil pode recuperar e desenvolver sua capacidade de decisão sobre assuntos comuns e cotidianos que a afetem.

A descentralização só é alcançada com a transferência do poder político e, com isso, da capacidade de tomar decisões com respeito à designação de valores e recursos. Qualquer outra forma é uma distorção do conceito ou da prática da descentralização.

Intersetorialidade e interdisciplinaridade: Os problemas e temas ambientais fazem convergir uma série de interesses que não podem ser vistos sob uma só ótica, disciplina ou setor. Nesse contexto, a APA deve-se constituir em um marco facilitador de iniciativas de trabalho integral entre organizações de base, municípios, comissões de vizinhança e ONGs em torno das ações de planificação territorial e desenvolvimento local.

Co-gestão pública-privada e autogestão: Qualquer iniciativa ambiental local deve integrar as propostas, recursos e experiências deste nível. Devem ser propiciados os espaços de coordenação e trabalho conjunto entre o município, organismos estatais, comunidade, empresas, ONGs, organismos acadêmicos, culturais, eclesiásticos e outros atores que intervenham em um espaço territorial determinado.

Quanto à autogestão, é importante que cada grupo, em especial as organizações cidadãs, possa desenvolver sua própria capacidade de gestão na elaboração, execução e manejo financeiro dos projetos. Isto constitui um importante desafio para o Estado e especialmente para as ONGs quanto a entregar estas ferramentas à população.

Coordenação: Como a questão ambiental afeta a todos, ela requer uma visão de conjunto e envolve vários aspectos, onde é necessário desenvolver instâncias de coordenação entre instituições e grupos. A APA deve fomentar núcleos de trabalho pró-ativos que administrem os problemas locais, de acordo com sua capacidade tecnológica, normativa e com a disponibilidade de recursos. Dever-se-ão estabelecer acordos e estratégias em seu âmbito de ação e conformar redes de APA.

Eficiência: A eficiência permite utilizar os recursos disponíveis da maneira mais apropriada ao empreender ações de melhoramento ou proteção ambiental mais ágeis, desburocratizadas e coordenadas, dando espaço à inovação, à diversidade de atividades, metodologias e práticas locais.

Autonomia política e funcional: Os atores locais não devem perder sua autonomia nem independência. Suas ações e declarações sempre têm que refletir o sentimento de quem representam.

Capítulo 3

O Nível Primário Ambiental

3.1 O espaço local

O espaço local, tanto urbano como rural, constitui-se em um âmbito privilegiado para desenvolver esforços sistemáticos com tendências a resolver os problemas e a elevar a qualidade de vida dos cidadãos. Alguns argumentos que justificam atuar localmente podem ser:

- a) O nível local fortalece a participação da comunidade em torno dos problemas concretos. A presença ativa da comunidade permite recobrar a dimensão subjetiva que tem a qualidade ambiental, ao revelar a vida cotidiana e os problemas que as pessoas enfrentam. Definitivamente, constitui um desafio e um estímulo para mobilizar e desenvolver suas potencialidades e capacidades de criatividade.
- b) O caráter específico dos problemas ambientais detectados em nível local permite gerar projetos de ação concretos que têm viabilidade política e técnica para sua realização.
- c) O espaço local permite identificar claramente os atores sociais e os recursos envolvidos nos problemas ou conflitos ambientais, o que favorece o desenvolvimento de esquemas de ajustes em favor do bem comum.
- d) No espaço local podem-se encontrar as melhores condições para estabelecer estratégias de ação e coordenação, promovendo, junto com a população, propostas que se materializem de forma efetiva em um desenvolvimento local sustentável. Isso seria alcançado mediante um processo de gestão primária ambiental.

Um dos desafios que surgem do trabalho local é a urgente necessidade de estabelecer um nível de gestão próprio para esse nível, quer dizer, criar o nível primário ambiental que permita implementar soluções com mecanismos e ferramentas adaptados a esse espaço.

3.2 Marco conceitual

A APA propõe fortalecer os organismos estatais responsáveis pelo ambiente e a saúde e espera, por sua vez, um maior ajuste e diálogo com o nível local e a sociedade civil.

Para isso, pretende que a interação entre o governo e o nível local crie um efeito multiplicador em benefício do ambiente e da saúde.

A atenção primária ambiental pode ser concebida com o Estado apoiando um nível local ativo e organizado em torno da proteção do ambiente e da saúde.

É necessário construir um nível primário ambiental que assuma o desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas fundamentalmente, mesmo que de forma não exclusiva, à promoção, prevenção e proteção do meio ambiente no nível local.

No nível primário ambiental será requerida uma institucionalização que permita fazer frente aos problemas ambientais no nível local, de acordo com as capacidades tecnológica e normativa e a disponibilidade de recursos humanos.

Seu âmbito de ação corresponderá àquelas medidas de proteção ou recuperação ambiental que são complexas e denominadas ações ambientais primárias.

Esta institucionalidade ambiental deve criar as condições para estabelecer um sistema mais participativo e aberto a qualquer aporte da comunidade para construir uma sociedade mais saudável.

O nível primário ambiental deve ser sustentado pela presença ativa da população, a qual deve ser protagonista de uma relação mais ativa e direta com os órgãos do Estado com competência na área, sejam estes os municípios, centros de saúde e outros setores vinculados ao ambiente. A comunidade, que é o ator mais importante, o governo local, através de suas estruturas e os diferentes setores envolvidos no processo, não devem aparecer como entes dispersos no nível primário ambiental, mas sim como elementos integrados numa estratégia participativa, cuja meta é melhorar o entorno para alcançar melhores e mais saudáveis condições de vida.

3.3 Problemas ambientais locais

Apesar de existirem problemas ambientais globais, como as mudanças climáticas, a diminuição da camada de ozônio, etc., estes sempre têm repercussões nacionais, regionais e locais. Do mesmo modo, existem problemas regionais que têm repercussões locais. É possível identificar que a maioria dos problemas ambientais são de índole local e que têm repercussão direta na saúde e na qualidade de vida da comunidade ou municipalidade de onde se originam.

Como exemplo, mencionam-se os mais freqüentes:

3.3.1 Problemas urbanos

a) **Contaminação atmosférica (industrial e doméstica)**

É um problema freqüente que muitas vezes se manifesta como um conflito ambiental, onde os interesses da comunidade entram em franca contraposição com os das empresas e, em algumas ocasiões, contra os do Estado. Este é um fator que, em reiteradas ocasiões, cria dificuldades para as instituições fiscalizadoras e mesmos para os municípios, que não conseguem compatibilizar os interesses dos diferentes atores, nem fazer cumprir as normas, quando estas existem. A origem deste problema é um ordenamento territorial insuficiente ou inexistente.

b) **Contaminação acústica**

A contaminação acústica é um problema difícil de gerenciar e entender pela comunidade. Em geral, está associado a fontes pontuais, como indústrias, oficinas, discotecas, etc., mas não é considerado como um problema que surge das ações cotidianas dos indivíduos, como, por exemplo, quando se eleva o volume do rádio ou do equipamento de som.

c) **Contaminação da água**

Este problema é considerado pela comunidade como uma agressão das indústrias que lançam os seus resíduos nos curso de água, deteriorando-os. O uso dos rios se torna restrito, a saúde corre perigo e o entorno se deteriora. Sua ocorrência é muito freqüente e, quando não existem mecanismos adequados para a sua solução, se transformam em graves conflitos ambientais.

d) **Abastecimento de água potável**

Problema prioritário devido à estreita relação entre a água potável e a saúde. A participação da comunidade é fundamental nas diferentes etapas dos projetos: desenho, execução, operação e manutenção, fiscalização, etc. Atualmente, existem possibilidades de participar ativamente como parte do grupo colegiado que gerencia o organismo operador (por exemplo, associação dirigente, diretoria) e mediante a conscientização sobre os direitos e deveres que o usuário tem referente à prestação do serviço.

e) **Resíduos sólidos**

O lixo é um dos problemas mais freqüentes e denunciados pela comunidade e se produz devido à falta de um adequado serviço municipal que retire os resíduos e pelos maus hábitos da população.

i) **Uso indevido do solo**

A comunidade reconhece o uso indevido do solo como um dos mais importantes em nível local, uma vez que origina muitos dos conflitos assinalados anteriormente, ao não se respeitarem as disposições dos planos reguladores do uso do solo. É comum encontrar atividades produtivas localizadas em bairros residenciais ou populações periféricas em meio do lixo, indústrias, torres de alta tensão, etc. Outro problema freqüente é o uso de terrenos agrícolas para a expansão das cidades.

g) **Vetores de doenças**

Os roedores, carrapatos e outros vetores de doenças são sintomas da deterioração das condições de vida da população. São a manifestação de focos de contaminação, bairros insalubres e hábitos da comunidade que favorecem sua presença.

h) **Ruas sem pavimentação**

A emissão de material fragmentado, a sujeira das estruturas e habitações e os problemas de trânsito são efeitos sentidos pela população e associados diretamente à carência de pavimento. A pavimentação é uma necessidade social a ser resolvida; no entanto, em muitos casos não é satisfeita adequadamente pelos serviços do Estado.

i) **Segurança e qualidade dos alimentos**

A falta de segurança na qualidade dos alimentos apresenta graves implicações, particularmente nos setores de mais baixos recursos, porque consomem alimentos embalados e manipulados inadequadamente. Uma das causas é a ausência de fiscalização dos lugares de venda a varejo, por parte das autoridades sanitárias.

j) **Incinerações não autorizadas**

Um fator importante na emissão de contaminantes atmosféricos corresponde às incinerações ilegais. Se bem que esta prática se encontre regulamentada em algumas cidades, não existe a consciência necessária para evitar estas ações que geram problemas à saúde da população.

k) **Falta de áreas verdes**

A carência de áreas verdes gera graves problemas de deterioração ambiental e de relações entre as pessoas. Segundo as normas municipais, somente o município está autorizado a realizar podas e corte de árvores localizadas em bens nacionais de uso público. Porém, o município é incapaz de satisfazer as necessidades da população, o que provoca deterioração na arborização, obstrução de redes de água potável e esgoto e rompimento de calçadas.

l) **Manejo inadequado dos canais de drenagem**

A existência de vetores transmissores de doenças, contaminação da água, risco de acidentes, transbordamentos e degradação estética, são alguns dos efeitos observados pela comunidade. Estes problemas têm como causa principal a falta de recursos e de vontade dos governos locais para enfrentar esta situação. Outra razão é a falta de educação das pessoas que não cooperam em manter os canais.

m) **Desastres naturais e emergências químicas**

A descentralização é muito importante para fazer frente aos desastres naturais e acidentes com produtos químicos. A participação da comunidade é fundamental nas etapas de preparação, de intervenção e na mitigação dos efeitos do problema.

3.3.2 Problemas rurais

A situação ambiental da área rural e das populações indígenas, em especial das que estão dispersas, apresenta uma série de problemas ambientais e de saúde específicos, muitos deles associados a situações de pobreza.

Ainda que os principais esforços da APA, em nível latino-americano, se concentrem em experiências urbanas, os princípios e características desta proposta a

fazem universal e aplicável às comunidades rurais e indígenas; tendo em conta que estas áreas enfrentam problemas de dispersão, pobreza e falta de educação. O objetivo é fortalecer as capacidades, locais para enfrentar estas carências.

Os problemas de saúde e ambiente mais comuns na área rural são:

a) **Saneamento básico**

Na Região das Américas, um dos problemas pendentes que afetam de forma direta aos setores mais pobres do nosso continente é a falta de serviços de saneamento básico, como o abastecimento de água potável segura e a destinação de dejetos.

Estes problemas, de soluções difíceis e caras, caso se adotem soluções tradicionais, devem ser resolvidos com tecnologias prontas e uma forte organização comunitária. A APA e seus instrumentos metodológicos e organizacionais permitem estruturar uma proposta neste campo.

b) **Manejo de resíduos**

Em localidades rurais concentradas, o manejo deficiente dos resíduos sólidos domésticos e sua disposição ao ar livre ou em cursos de água e encostas está se convertendo em um problema ambiental grave pela falta de especialistas neste nível e o desconhecimento de tecnologias apropriadas, como os aterros sanitários manuais e a compostagem semi-industrial.

c) **Erosão e desmatamento**

A situação de pobreza, a falta de assistência técnica e a existência de mercados compradores de lenha (geralmente para ser convertida em lascas/fragmentos), fazem com que numerosos agricultores superexplorem seus recursos florestais ou os adjacentes a suas moradias.

À erosão e deterioração da camada superficial do solo como consequência de cultivos intensivos, deve se somar a prática cada vez mais freqüente de comprar terra vegetal, o que gerou grupos especializados que “limpam” a superfície do solo. Estes problemas estão associados a situações de pobreza e à falta de educação e sensibilidade ambiental.

d) Agrotóxicos

A utilização cada vez maior de agroquímicos está tendo sérias conseqüências sobre a saúde da população, o ambiente e os ecossistemas. A urgente necessidade de estabelecer mecanismos de regulação técnica e social sobre estes produtos químicos é uma tarefa que a APA deve enfrentar, em especial, pelos efeitos crônicos que possam ser gerados na saúde de muitos trabalhadores e habitantes rurais a médio e longo prazos.

A APA exige o entendimento dos vínculos entre pobreza e ambiente como parte fundamental de seu trabalho. Não se pode conscientizar a população rural sobre a importância do meio ambiente, caso não tenha sido ela capacitada previamente para buscar alternativas a seus problemas prioritários de sobrevivência.

3.4 Ações ambientais no nível local

A existência de centenas de grupos de cidadãos que não têm a quem encaminhar suas demandas e estabelecer níveis de cooperação e interação com os municípios ou outras instâncias estatais responsáveis, é um dos principais argumentos para avançar na consolidação de um nível primário ambiental.

É necessário estabelecer claramente que a estratégia de Atenção Primária Ambiental não pretende ser a solução de todos os problemas ambientais em nível local. Existem problemas que excedem a capacidade local e requerem a participação de instâncias superiores.

A comunidade pode realizar as seguintes contribuições concretas:

- Elaboração de diagnósticos ambientais participativos (incluindo a avaliação de impacto ambiental)
- Apoio à fiscalização ambiental (cumprimento da legislação)
- Vigilância ambiental (denúncia e fiscalização primária de indústrias contaminantes, lugares de venda a varejo de alimentos, etc.)
- Programas de manejo de resíduos (reciclagem, eliminação de lixo, etc.)
- Elaboração de planos estratégicos participativos
- Elaboração e execução de projetos
- Difusão de resultados
- Campanhas de saúde pública e de educação ambiental (reciclagem, economia de energia, controle de vetores, etc.)

- Ações preventivas (desastres naturais e emergências químicas)
- Ações de manejo ambiental (preservação de áreas protegidas, proteção e conservação de fauna e flora, etc.)
- Campanhas de reflorestamento, construção e cuidado de áreas verdes e locais de lazer
- Planos e programas de conservação de espécies
- Controle da erosão e uso do solo.

Além disso, a comunidade pode participar de outras ações ambientais de caráter mais complexo, com a coordenação, apoio e orientação de profissionais ou organismos técnicos.

Ainda assim, o nível rural representa o espaço que oferece uma maior quantidade de alternativas para implementar a estratégia de atenção primária ambiental com ampla participação dos cidadãos.

Outras ações necessárias de saúde ambiental, nas quais a comunidade pode desempenhar um papel significativo, se referem à prevenção e controle das doenças emergentes e reemergentes. A APA deve estabelecer estratégias de trabalho com as autoridades locais, os encarregados de saúde e os líderes sociais para enfrentar doenças como dengue, malária, hantavírus e outras doenças de grande impacto na saúde rural que têm origem no componente ambiental.

3.5 A participação dos cidadãos

A participação da população é um dos princípios básicos do regime democrático, que se expressa principalmente através da eleição livre e direta das mais altas autoridades do Estado pelos cidadãos. Em nível local, isto se traduz na eleição popular do Prefeito, do Conselho Municipal e demais corpos colegiados encarregados da administração e governo local ou municipal. Desta forma, estas autoridades contam com uma maior legitimidade política e social para desenvolver suas funções e atividades próprias, dentre as quais se encontra a de zelar pela conservação e proteção da saúde ambiental.

A participação da comunidade, diretamente ou através de suas organizações, é essencial para que a APA tenha êxito. Sobre esse ponto deve-se assinalar que a APA não somente é possível, como é facilitada em um contexto democrático e participativo não referido única e exclusivamente às autoridades locais. Com efeito, existem outros níveis de decisão nos quais a participação da comunidade é crítica, porque, em última instância, ela será a prejudicada ou a beneficiada.

Entre essas decisões podem-se mencionar, como exemplo, os seguintes processos dos quais a cidadania deve participar:

- O planejamento das políticas e programas de saúde ambiental do município
- A identificação e avaliação dos problemas de saúde ambiental que requeiram prioridade em sua solução
- Destino e investimento dos recursos municipais (entendido como o conjunto dos recursos que podem contribuir com as diversas instituições locais e com a própria comunidade)
- A fiscalização e controle da aplicação da legislação ambiental e sanitária
- A avaliação da gestão do município na proteção da saúde e do meio ambiente.

3.6 Instrumentos da atenção primária ambiental

Entre os múltiplos instrumentos usados em nível local, a APA dispõe de metodologias para a formulação de um diagnóstico ambiental participativo, como é o Programa Marco de Atenção ao Meio Ambiente (PAM) e os manuais de vigilância sanitária e vigilância ambiental, desenvolvidos pela OPAS/OMS para capacitar os responsáveis locais que utilizarão o PAM. De forma geral, dispõe-se de metodologias e técnicas para:

- Organização comunitária
- Diagnósticos ambientais e avaliações de impacto ambiental
- Planejamento ambiental
- Avaliação de riscos
- Educação popular e comunicação social
- Educação ambiental
- Manejo de conflitos ambientais (negociação e resolução)
- Pesquisas ambientais integradas.

Deste modo, ainda que se deva continuar desenvolvendo e ajustando, conta-se com ferramentas que facilitam a aplicação e instrumentalização da APA, assim como sua vinculação e relação com as estruturas ambientais estaduais, regionais e nacionais. Entre as mais importantes podem-se mencionar:

- Indicadores locais de sustentabilidade e qualidade ambiental
- Centros de atenção primária ambiental (CAPA)
- Líderes ambientais

- Tecnologias apropriadas
- Monitoramento primário ambiental
- Lideranças comunitárias
- Unidades de demonstração.

3.7 Indicadores ambientais locais

A APA pode contribuir para melhorar a qualidade e confiabilidade da informação ambiental de nossos países e da Região, mediante a disponibilização de informação ambiental confiável e adequada. Para isto, existem dois requisitos: (a) a informação deverá ser analisada, avaliada e utilizada em nível local e poderá ser fornecida aos níveis regionais e nacionais para análise, processamento e retroalimentação; (b) devem desenvolver-se indicadores mais adequados para refletir a situação ambiental local. Propõem-se os seguintes indicadores, que poderiam ser incorporados aos clássicos como cobertura de abastecimento de água e esgoto sanitário e de resíduos sólidos:

- População servida com água potável e destinação sanitária de resíduos e dejetos
- Porcentagem de lixo tratado e disposto adequadamente (em função do volume total produzido)
- Porcentagem de lixo reciclado
- Geração de lixo per capita
- Parâmetros locais de qualidade do ar e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos
- Consumo de energia e água
- Qualidade bacteriológica da água
- Porcentagem de moradias não habitáveis
- Porcentagem da população em extrema pobreza
- Superfície de áreas verdes per capita
- Níveis de ruído
- Porcentagem de ruas sem pavimentação
- Número de organizações ecológicas
- Presença de animais silvestres
- Número de indústrias
- Presença de vetores de doenças
- Número de profissionais de saúde ambiental por 10.000 habitantes
- Incidência e prevalência de doenças graças ao inadequado manejo ambiental (dengue, malária, cólera, leishmaniose, leptospirose, hantavírus, peste).

Capítulo 4
Organização

4.1 Centros de atenção primária ambiental (CAPA)

Para cumprir os princípios básicos e as características orientadoras da atenção primária ambiental (APA), as unidades operativas do nível primário ambiental deverão estar localizadas na municipalidade ou na comunidade local. Estas unidades deverão ter muito claro que muitas das medidas ou atividades de proteção ou recuperação ambiental necessitarão de uma cobertura mais ampla (regional ou nacional) que, por sua complexidade técnica, não podem ser enfrentadas em nível local.

A estrutura operativa para pôr em prática a estratégia de atenção primária ambiental deverá inserir-se no espaço municipal. A definição de instâncias nacionais e regionais é um passo necessário, porém insuficiente para garantir a existência de recursos e infra-estrutura que permitam a aplicação das políticas e o desenvolvimento dos programas. Nestas instâncias, poder-se-ão planificar e definir os conteúdos da estratégia entre o governo, setor privado e ONGS. Sua implementação requer um tipo de unidade operativa para executar os programas, capacitar, educar a população, realizar diagnósticos, etc.

Estas unidades operativas ou centros de atenção primária ambiental (CAPA) poderão ser assumidas por grupos e organismos da municipalidade ou região, que desenvolveram trabalhos relacionados com o ambiente ou estão capacitados e dispostos a fazê-lo. Estes são o melhor recurso, pois já têm um espaço consolidado sobre o que fazer em nível local e contam com o apoio e participação das pessoas (por exemplo, conselhos ecológicos comunitários, associação de vizinhos, ecoclubes e ONGS). Estas organizações deverão estabelecer coordenação com o município, centros de saúde, unidades de atenção primária da saúde e outros atores sociais para realizar tarefas conjuntas, como diagnósticos das prioridades ambientais e desenho de políticas e programas.

A administração dos CAPA poderá ser variável, dependendo das condições organizativas próprias de sua localização. Uma alternativa é que seja de administração exclusivamente municipal ou dos serviços de saúde; outra é que seja mista, onde o município, os estabelecimentos de saúde e a comunidade, de forma coordenada, assumam a direção destes centros. Também existe a possibilidade de que a administração seja assumida por entes independentes do município, como é o caso de certas organizações comunitárias da municipalidade que contam com o apoio e participação do resto da comunidade e com o reconhecimento das autoridades. Este é o caso de alguns conselhos ecológicos comunitários, associação de vizinhos ou ecoclubes que trabalham intensamente pelo melhoramento da qualidade ambiental de seus municípios e desempenham um papel protagonista nesta gestão.

Os CAPA deverão contar com uma equipe especialmente treinada e com uma infra-estrutura básica que lhes permita capacitar a comunidade na prevenção, detecção e solução de seus problemas ambientais.

O ponto mencionado anteriormente necessariamente requererá coordenação e o estabelecimento de acordos ou convênios com as entidades de fiscalização responsáveis, assim como a elaboração de programas básicos de fiscalização.

O esforço que os CAPA venham a desenvolver envolve uma nova visão da atenção integral às pessoas e ao meio e sua eficácia será medida em função das conquistas alcançadas, como o grau de mobilização da comunidade, efeitos na acessibilidade aos serviços e melhoria na gestão do meio ambiente local.

4.2 Responsabilidades dos CAPA

As ações que os CAPA deverão estar em condições de realizar são:

- a) **Educação e capacitação:** orientada a difundir e promover ferramentas conceituais e práticas relacionadas com a prevenção ambiental entre os atores relevantes (professores, estudantes, funcionários municipais, trabalhadores, etc.). Eles terão uma função multiplicadora para o restante da comunidade e serão o recurso humano básico da municipalidade para executar os programas de proteção e recuperação ambiental.
- b) **Formação de líderes ambientalistas:** Um dos objetivos fundamentais da APA é legar um espaço de participação, apoio e capacitação para a comunidade, a fim de que ela intervenha na promoção, prevenção, proteção e solução dos problemas ambientais em âmbito local, pois o controle destes problemas não depende somente da adoção de políticas e ações técnicas.

Para alcançar este objetivo, tem grande importância formar pessoas capazes de gerar propostas alternativas. Estas pessoas devem ser membros da comunidade, de preferência líderes locais que, a partir de um processo de capacitação, devem exercer uma influência positiva sobre a organização e outros atores locais para atuar em defesa da saúde e do ambiente. Espera-se sua contribuição na construção de um espaço sustentável, seja a municipalidade, cidade ou região. A este novo líder ambientalista comunitário, produto fundamental dos CAPA, denominou-se “vigilante ambiental”. Os vigilantes ambientais não são peritos, mas, ao adquirir conhecimentos técnicos, podem exercer um papel preventivo em seus municípios e podem participar na tomada de decisões e coordenar ações com outros setores sociais, municipais e empresariais para alcançar um desenvolvimento sustentável.

- c) **Realização de diagnósticos ambientais participativos:** O objeto do diagnóstico é contribuir com elementos fundamentais e suficientes para explicar uma realidade determinada e detectar os fatores que originam determinado problema, a fim de planejar as ações necessárias que transformem essa realidade. Por isso, os CAPA incorporam esta técnica de manejo de informação como uma ferramenta básica da gestão ambiental local.

Ao aplicar a estratégia de atenção primária ambiental no trabalho local, é necessário começar com o diagnóstico ambiental que, em definitivo, implica o conhecimento da realidade local. Desde o início, deve-se evitar que sua execução seja exclusivamente técnica.

A elaboração do diagnóstico implica a participação de todas as pessoas que vivem nessas localidades, em conjunto com as autoridades do município. Não se trata de privilegiar somente os conhecimentos técnicos, pois a percepção da comunidade é um indicador muito importante no qual se deve apoiar esta informação.

Por esta razão, faz-se necessário desenhar e aplicar metodologias de diagnósticos ambientais participativos que facilitem a intervenção direta da comunidade na definição de seus problemas, como a mencionada PAM no ponto 3.6 do Capítulo 3.

No entanto, a participação da comunidade não se pode limitar unicamente a proporcionar dados, mas, também, deve estar em todo o processo, desde a seleção da informação até a programação, execução e avaliação das atividades.

- d) **Monitoramento ambiental primário:** Conferir-se á apoio à fiscalização e controle ambiental através de diagnósticos, medições e seguimento das normas e padrões fixados em lei, por meio do instrumental e equipamento básico (sonômetros, equipamento simples para analisar a qualidade da água, etc.) que deverá ter o CAPA. Alguns membros selecionados da comunidade deverão ser capacitados no manejo do equipamento e instrumentos de análise, denominados unidades de monitoramento ambiental primário.
- e) **Identificação e seguimento de conflitos ambientais locais:** Entende-se por conflito ambiental a incompatibilidade de interesses que surgem a propósito da prevenção ou recuperação de um dano ambiental. Em um conflito ambiental podem-se distinguir três tipos de atores: os “geradores” (que provocam um impacto no ambiente e alteram negativamente o entorno e a qualidade de vida

de outras pessoas), os “receptores” (os afetados diretamente) e os “reguladores” (quem legalmente têm a responsabilidade de diminuir ou anular a ação que provoca o dano ambiental).

- f) **Divulgação tecnológica:** Orientada a expor e difundir alternativas tecnológicas ambientalmente limpas, adaptadas às necessidades e problemas locais mais freqüentes. Por exemplo, os CAPA estimularão o uso da energia solar e difundirão processos de reciclagem em cada casa.
- g) **Fortalecimento da capacidade organizacional da comunidade em assuntos ambientais:** A comunidade nem sempre está organizada de forma correta para constituir-se em um interlocutor válido para a resolução de conflitos ambientais locais. Por isso, os CAPA deverão contribuir para potencializar a capacidade organizacional dos habitantes da municipalidade, a fim de consolidar ao máximo sua participação nas decisões locais.
- h) **Recepção de demandas e denúncias ambientais locais:** Esta atividade será realizada mediante instâncias de diálogo com os diversos atores relevantes da comunidade organizada. As demandas, sugestões e iniciativas que a comunidade proponha deverão ser comunicadas oficialmente às autoridades dos níveis municipais, regionais ou nacionais, a que corresponda. Isto se constituirá em um insumo básico para as decisões sobre políticas e programas ambientais. Uma forma de canalizá-las é por intermédio de um telefone exclusivo, formando-se uma base de dados com as chamadas recebidas, a fim de informar permanentemente à autoridade correspondente. Além disso, espera-se que os CAPA tenham a capacidade técnica e operativa de verificar denúncias feitas pela comunidade, dentro do território municipal.
- i) **Incentivar o desenvolvimento de projetos de gestão local:** Inclui projetos de reciclagem, microempresas, arborização, viveiros e praças, campanhas de sensibilização ambiental, etc. É fundamental que a própria comunidade local comprometa seus recursos materiais e humanos na execução dos referidos projetos e ações.
- j) **Participação da mulher:** Dentro do objetivo da APA, de abrir espaços de participação para que a comunidade atue na gestão de seu meio ambiente, um dos grupos mais importantes são as mulheres, as quais, historicamente, ainda que no anonimato, tiveram um importante desempenho nas mudanças sociais e estão adquirindo um papel fundamental nos assuntos ambientais.

Uma das ações que mais afeta o ambiente e a qualidade de vida é o modelo do “consumismo”, baseado na superexploração dos recursos, o desperdício energético e a geração de danos ambientais. Do ponto de vista da APA, considera-se importante trabalhar o tema do consumismo e contaminação, o qual se relaciona de maneira integral com a grande maioria dos problemas ambientais e que, em particular, preocupa as mulheres. Esta corrente busca melhorar a saúde e a qualidade de vida das crianças, mulheres e homens.

- k) **Centro de informação e orientação:** Os CAPA devem converter-se no centro de informação e orientação ambiental da comunidade.
- l) **Sensibilização:** Deve-se conseguir a sensibilização das autoridades e buscar seu compromisso com as ações ambientais locais.

4.3 Avaliação permanente dos CAPA

A eficiência das ações dos CAPA deve ser medida e avaliada através de indicadores ambientais e fatores de risco ambiental sobre os que intervêm e orientam seu trabalho, assim como pela mobilização dos cidadãos que consiga alcançar.

Alguns indicadores de eficiência dos centros de atenção primária ambiental que podem ser considerados, são:

- a) Melhoria nos indicadores de saúde ambiental.
- b) Número de acordos e programas de saúde ambiental elaborados e implementados com a participação comunitária e intersetorial.
- c) Número de problemas de saúde e ambiente identificados, avaliados e solucionados.
- d) Participação efetiva no aumento do investimento municipal em assuntos ambientais.
- e) Aumento das ações de fiscalização, assim como de controle da legislação ambiental e sanitária por parte das autoridades e a comunidade.
- f) Aumento da participação comunitária através da criação de novos grupos ambientais e do desenvolvimento de iniciativas dos cidadãos.
- g) Continuidade das ações e trabalhos dos CAPA.

Capítulo 5

Implementação da Atenção Primária Ambiental

5.1 Oportunidades

A APA deve ser entendida como uma nova forma de atuar sobre o espaço ambiental e a saúde pública. Os esforços para entender e integrar os problemas de saúde da população, dentro de um esquema que explicita a necessidade de atender às pessoas e também ao planeta, é uma tarefa que se deve demarcar com ações orientadas a mudanças dos padrões de consumo e as práticas que deterioram o ecossistema. Para isso, é necessário desenvolver um trabalho que vá além do espaço do setor saúde e das instituições de saúde ambiental; requer-se, e é imperativo, um esforço multidisciplinar e intersetorial que promova a participação e a democracia.

A APA terá mais êxito nas localidades onde o setor público tenha uma melhor organização, uma maior abertura para a problemática ambiental, onde exista informação e cadastros ambientais e pessoal técnico e onde a comunidade não tenha perdido seus valores nem identidade, a fim de facilitar sua mobilização.

A composição social de cada população tem características particulares; portanto, a estratégia e os procedimentos da APA devem ser flexíveis para adequar seus objetivos de intervenção, considerando que a existência de problemas ambientais, assim como o comportamento da população, estão condicionados por fatores técnicos, ecológicos e sociais que, ao interagir, definem distintos níveis de atuação.

É possível que as experiências de atenção primária ambiental possam surgir de diferentes maneiras, tais como;

- por demandas da própria comunidade
- por conflitos ambientais manifestos
- por iniciativa de organizações ecológicas e de ONGs
- por gestão das autoridades locais e governamentais, a partir da identificação de espaços degradados ou por políticas explícitas de trabalho em nível primário ambiental
- pela organização de experiências locais de saúde ambiental nos centros de atenção primária ambiental (CAPA).

5.2 Limitações

O desenvolvimento da estratégia de atenção primária ambiental terá que enfrentar múltiplas dificuldades para estabelecer-se social e tecnicamente, tanto no espaço local como no nacional. Algumas das maiores dificuldades identificadas são:

- * carência de políticas para o desenvolvimento sustentável
- * institucionalidade ambiental centralizada
- * setorialismo
- * deficiências e debilidades do sistema municipal
- * excessivo tecnicismo
- * falta de recursos financeiros
- * ausência de organizações sociais e ambientais.

5.3 Um olhar para o século XXI

Apesar do cenário complexo que configura o contexto regional e não obstante as importantes limitações mencionadas anteriormente, as oportunidades são cada vez mais numerosas, o que nos permite olhar com esperança e otimismo o século XXI.

As condições que se estão gerando na Região pelo processo de globalização e a decisão dos governos de assumir o cumprimento de seus compromissos internacionais estão fortalecendo o espaço local e a participação da comunidade organizada.

A existência e o constante desenvolvimento de múltiplos movimentos procedentes de diferentes setores da sociedade, comprometidos em melhorar as condições ambientais e a qualidade de vida dos cidadãos, como são os chamados conselhos ecológicos comunitários, associação de vizinhos, ecoclubes, etc., assim como as numerosas iniciativas locais com esses mesmos propósitos, mostram que, além das deficiências atuais do Estado, que não está organizado para responder estruturalmente e que não é capaz de satisfazer adequadamente as demandas da comunidade, existem alternativas com outros atores que possam facilitar e assegurar o caminho em direção a um desenvolvimento humano sustentável.

Nos últimos anos, em parte pelos esforços que a Organização Pan-Americana da Saúde vem realizando, a conceituação e implementação da atenção primária ambiental teve notórios avanços nos países da Região e foi incorporada em compromissos e documentos do mais alto nível político.

A recente incorporação da APA nas orientações estratégicas e programáticas da OPAS para o período 1999-2002, pela 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana, realizada em Washington, D.C., em setembro de 1998, manifesta a importância e prioridade que lhe adjudicam os Governos da Região e, sem dúvida, esta decisão contribuirá para o fortalecimento de sua promoção e implementação nos países das Américas no início do novo século.

Anexo

Referências

- Bajracharya, D. (1994) Primary environmental care for sustainable livelihood: a UNICEF perspective. *Childhood* 2: 41-55.
- Banco Mundial (1994) Making development sustainable: from concepts to action. Environmentally Sustainable Development Occasional Paper Series, 2. Washington, DC.
- Borrini, G. (ed) (1990) Lessons learned in community-based environmental management. Proceedings of Primary Environmental Care Workshop, Siena, Italy, 29 de enero-2 de febrero, Instituto Superiore de Santa, Roma, 1990.
- Brown V. (1994) Health and environment. En: Ecological public health. C. Chu y R. Simpson (eds). Center for Health Promotion, Toronto, Canadá. Citado en: Eyles J.; Cole, D.; Gibson, B. (1996) Human health in ecosystem health: issues of measuring and measuring. International Joint Commission. Toronto.
- Centro Internacional de investigaciones para el Desarrollo (1998) Biodiversity, equity and environment: a review of research and development. Ottawa.
- Cerda Candia, R. Las ONG frente a los desafíos ambientales de las ciudades de América Latina. Santiago: Instituto de Ecología Política.
- Escobar Marchant, E. y Cerda Candia, R. (1995) Trabajo local, el vigilante del entorno: propuesta para una estrategia de atención primaria ambiental. Santiago: Instituto de Ecología Política, Programa de Atención Primaria Ambiental.
- Eyles, J.; Cole, D.; Gibson, B. (1996) Human health in ecosystem health: issues of measuring and measuring. International Joint Commission. Toronto.
- Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. Community based human development: a proposal for going to scale with self-reliant social development.. Environment Section, Program Division. New York: UNICEF.
- Gottschalk, J. (1989) Perspectives on community advocacy. Proceedings of an International Symposium on Primary Health Care Initiatives. Chicago, Illinois.
- Instituto de Ecología Política. Programa de atención primaria ambiental (1993). Hacia una conceptualización de la atención primaria ambiental. Santiago.

- Organización Mundial de la Salud (1993) Estrategia mundial OMS de salud y medio ambiente. Ginebra: OMS.
- Organización Panamericana de la Salud (1998) Atención primaria ambiental (versión preliminar), Washington, DC: OPS.
- Organización Mundial de la Salud (1998) Health for All in the 21st Century. Ginebra: OMS.
- Organización Panamericana de la Salud (1994) Orientaciones estratégicas y programáticas (OEP) 1995-1998. Washington, DC: OPS.
- Organización Panamericana de la Salud (1998) Orientaciones estratégicas y programáticas (OEP) 1999-2002. Documento CSP25/8 25^a Conferencia Sanitaria Panamericana. Washington, DC: OPS.
- OPS (1996) Renovación de salud para todos. Washington, DC: OPS.
- Rio Earth Summit (1992) Declaration about environment and development.
- Sánchez, M.C. (1995) Aplicación e implementación de la atención primaria ambiental. Santiago.
- Sotelo, Juan Manuel (1996) Salud para todos; su renovación en las Américas. Persona y Sociedad, ILADES. Santiago, Chile. 6 p.
- World Health Conference (1978) Primary health care strategy. Alma-Ata.
- Wright, M.G.M. (1989) The health agent in primary care in Brasilia, Brazil: from theory to reality. Proceedings of an International Symposium on Primary Health Care Initiatives. Chicago, Illinois.
- Wright, M.G.M. (1987) The health agents' work in Vila Paranoá: from theory to reality. Revista Brasileira de Enfermagem 40(4):183-189.
- Wright, M.G.M. et al. (1998) La estrategia de atención primaria ambiental: un enfoque crítico-holístico. Informe Técnico (borrador). Washington, DC: OPS.
- Yepes, P.; Gonzalez, R. (1992) Atención primaria de la salud: hacia una unidad de doctrina. Caracas.